

**ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA DIBENS LEASING S.A. -
ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 433, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 65.654.303/0001-73, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua DR. RENATO PAES DE BARROS nº 717, 6º andar, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme posteriormente alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

vêm celebrar a presente "Escritura Particular da 6ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil", doravante designadas simplesmente "Escritura" e "Debêntures", respectivamente, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base em deliberações da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de janeiro de 2008, a qual será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("JUCESP") e publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", no jornal "Cidade de Barueri" e no jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviços" ("AGE").

2. DOS REQUISITOS

2.1. A emissão de Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação da AGE

2.1.1.1. A ata das AGE que deliberou sobre a presente emissão de Debêntures ("Emissão") será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal "Cidade de Barueri" e no jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviços".

2 X gm



2.1.2. Inscrição da Escritura

2.1.2.1. A presente Escritura será inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.1.3.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução nº 400/03") e das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.1.4. Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia

2.1.4.1. As Debêntures da presente Emissão deverão ser registradas (A) para distribuição no mercado primário (i) no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (B) para negociação no mercado secundário: (i) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no Sistema de Negociação BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA"), sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.1.5. Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID")

2.1.5.1. A Emissão deverá ser elaborada e registrada de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.1.6. Arquivamento de Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora na CVM

2.1.6.1. A presente Emissão é a segunda emissão realizada no âmbito do segundo programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações e/ou notas promissórias da Emissora, aprovado por acionistas da Emissora reunidos na AGE, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos e limite de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), e será arquivado na CVM nos termos da Instrução nº 400/03.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem como objeto, exclusivamente, a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 6ª (quinta) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante da Emissão é de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, e observado o disposto no item 4.1.4 abaixo.

3.4. Distribuição

3.4.1. A Emissora não poderá efetuar nova emissão antes de terem sido colocadas todas as Debêntures objeto desta Emissão, ou canceladas as séries não colocadas, nem negociar nova série da mesma emissão antes de colocada a anterior ou cancelado o saldo não colocado.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Tendo como horizonte o período da emissão, no contexto do plano estratégico da Emissora, os recursos da captação por meio da Emissão que venham a ser obtidos pela Emissora serão utilizados no financiamento das operações de arrendamento mercantil da Emissora conforme a demanda do mercado por operações dessa natureza, bem como na composição de caixa visando preservar sua liquidez, por meio de aplicações em títulos de emissão de instituições financeiras e em outras modalidades admitidas pela regulamentação em vigor, preferencialmente de emissão do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco").

3.6. Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e/ou por meio do BOVESPAFIX, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas pela CBLC, com tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta, sem recebimento de reservas antecipadas. A oferta será destinada a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, e alterações posteriores, podendo, entretanto, ser atendidos outros

[Assinatura manuscrita]



investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes do coordenador líder da distribuição das Debêntures ("Coordenador Líder") que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso ao prospecto e ao suplemento da Emissão. A oferta não é destinada aos investidores que: (i) necessitam de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário negociação de debêntures é restrito; ou (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de sociedades que atuam no setor de arrendamento mercantil.

3.6.2. A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilidade do prospecto e do suplemento definitivos para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição.

3.7. Banco Mandatário

3.7.1. O Unibanco será o Banco Mandatário da Emissora junto ao SND.

3.8. Instituição Depositária e Escrituradora

3.8.1. O Unibanco será a Instituição Depositária e Escrituradora das Debêntures desta Emissão.

3.9. Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação

3.9.1. A Emissora, a critério do Coordenador Líder, poderá solicitar modificação ou revogação da oferta perante a CVM, para que esta, a seu juízo, nos termos do artigo 25 da Instrução nº 400/03, assim autorize, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria oferta.

3.9.2. É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos Debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

3.9.3. A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, na forma e condições previstas no prospecto e respectivo suplemento da Emissão.

3.9.4. Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, por meio de correspondência protocolada na sede da Emissora, na forma prevista no item 4.8.2 abaixo, o interesse

[Handwritten signatures]



em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção dela na hipótese de silêncio.

3.9.5. Na hipótese de o Debenturista manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Emissão, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida à aceitação da oferta, na forma e condições que deverão estar previstas no prospecto e respectivo suplemento da Emissão.

3.9.6. Na hipótese do item 3.9.4 acima, deverá ser elaborado aditivo à presente Escritura para consolidar as novas características e condições das Debêntures, sendo que a modificação dos termos da Emissão deverá ser divulgada ampla e imediatamente nos termos do item 4.8.1 abaixo e as instituições intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Emissão.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Total da Emissão

4.1.1.1. O valor total da Emissão será de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, observado o disposto nos itens 3.4 acima e 4.1.4 abaixo.

4.1.2. Valor Nominal Unitário

4.1.2.1. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 100,00 (cem reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário das Debêntures").

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Quantidade de Debêntures

4.1.4.1. Serão emitidas 50.000.000 (cinquenta milhões) de Debêntures, observado o disposto nos itens 3.4 acima e 4.1.4.2 e 4.1.4.3 abaixo.

4.1.4.2. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução nº 400/03, da CVM, e da ata da AGE, a quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá, a critério da Emissora e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos desta Escritura,



ser aumentada até um montante que não exceda a 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas ("Debêntures Adicionais").

4.1.4.3. Nos termos do "Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 6ª Emissão Pública da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil", da ata da AGE e do artigo 24 da Instrução nº 400/03, o Coordenador Líder terá a opção de, caso, a seu critério, a procura pelas Debêntures assim justifique, aumentar a quantidade de Debêntures a distribuir junto aos destinatários da Emissão, nas mesmas condições e preço constantes desta Escritura, até um montante equivalente a 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas.

4.1.4.3.1. A opção outorgada nos termos do item 4.1.4.3 deverá ser exercida em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início para a totalidade das Debêntures, devendo o Coordenador Líder comunicar a Emissora, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência, da intenção de exercer a opção de distribuição de lote suplementar de Debêntures.

4.1.4.3.2 Na hipótese do item 4.1.4.3, o Coordenador Líder deverá informar à CVM, até o dia posterior ao do exercício da opção de distribuição de lote suplementar de Debêntures, a data do respectivo exercício e a quantidade de Debêntures envolvidas, que deverá ser considerada para fins de registro da presente Emissão pela CVM.

4.1.5. *Data de Emissão*

4.1.5.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de janeiro de 2008 ("Data de Emissão").

4.1.6. *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.6.1. As Debêntures terão prazo de 15 (quinze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2023 ("Data de Vencimento das Debêntures").

4.1.6.2. Na Data de Vencimento das Debêntures a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva remuneração devida, calculada conforme o item 4.3 abaixo.

4.1.7. *Forma e Emissão de Certificados de Debêntures*

4.1.7.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa-escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

h

h

h



4.1.7.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela Instituição Depositária.

4.1.7.3. Adicionalmente, será expedido pelo SND "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND, e, para as Debêntures depositadas na CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista emitido pela CBLC.

4.1.8. *Conversibilidade*

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.9. *Espécie*

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.2. Atualização do Valor Nominal

4.2.1. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.3. Remuneração

4.3.1. *Remuneração das Debêntures*

4.3.2. *Juros Remuneratórios das Debêntures*

4.3.2.1. As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das Taxas DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios das Debêntures").

4.3.2.2. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures, exceto se de outra forma estiver expressamente previsto na presente Escritura.

4.3.2.3. Os Juros Remuneratórios das Debêntures deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

h *X* *gm*



onde:

"J" corresponde ao valor unitário dos juros acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos na Data de Vencimento das Debêntures.

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de cada período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro.

"p" corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais. No caso das Debêntures, "p" é igual a 100 (100% da Taxa DI).

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.3.2.4. Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:

(i) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

h *A* *lcm*



(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(iii) uma vez o Fator DI estando acumulado, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.3.2.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI_k , a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.3.3.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, as fórmulas estabelecidas na Cláusula 4.3.2 e para apuração de TDI_k a última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembléia geral de Debenturistas.

4.3.3.2. A Emissora se obriga a resgatar as Debêntures de titularidade dos Debenturistas dissidentes da deliberação da assembléia geral de Debenturistas, mediante solicitação destes, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior até o dia do efetivo resgate das Debêntures, devendo o debenturista manifestar sua intenção por escrito ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias após a data de realização da assembléia de Debenturistas de que trata o item anterior. As Debêntures deverão ser resgatadas no prazo de até 10 (dez) dias após a data de realização da assembléia de Debenturistas. O resgate parcial das Debêntures pela Emissora deverá ser realizado (i) para as debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e de venda definitiva", ou (ii) conforme os procedimentos adotados pela CBLC, ou ainda, (iii) por meio da Instituição Depositária, no caso do debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC.

4.3.3.3. Para o resgate das Debêntures acima mencionado as fórmulas estabelecidas na Cláusula 4.3.2 deverão ser utilizadas sendo que para apuração de TDI_k será utilizada a última divulgada antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização.

[Handwritten signatures]



4.4. Repactuação e Aquisição Facultativa

Não haverá repactuação das Debêntures.

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou ultimada data de pagamento dos últimos juros remuneratórios até a data do seu efetivo Pagamento, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

4.5. Subscrição

4.5.1 Prazo de Subscrição

4.5.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme o item 3.6.2 acima.

4.5.2. Preço de Subscrição

4.5.2.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.5.3. Integralização

4.5.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.6. Amortização

4.6.1. Não haverá amortização programada para as Debêntures e o Valor Nominal Unitário das Debêntures serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. *Datas de Pagamento da Remuneração*

4.7.1.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures deverão ser pagos na Data de Vencimento das Debêntures ou na data do vencimento antecipado das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

4.7.2. *Local de Pagamento*

4.7.2.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND e/ou pela CBLC, conforme o caso, para as Debêntures registradas em negociação nesses sistemas; ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas junto ao SND e/ou CBLC, conforme o caso, (ii) na sede da Emissora; ou (iii) na sede da Instituição Depositária ou, conforme o caso, (iv) por instituição financeira contratada para este fim.

4.7.2.2. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.

4.7.3. *Prorrogação dos Prazos*

4.7.3.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a Data de Pagamento da Remuneração coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.7.4. *Encargos Moratórios*

4.7.4.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



4.7.5. Não Comparecimento dos Debenturistas

4.7.5.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no prospecto e respectivo suplemento desta Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8. Comunicações

4.8.1. Publicação na Imprensa

4.8.1.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no jornal "Cidade de Barueri", observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.8.2. Comunicações

4.8.2.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

DIBENS LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL
Avenida Eusébio Matoso, nº 891 – 17º andar
São Paulo – SP CEP 05423-901
At.: Carlos Henrique Zanvettor
Diretor de Relações com os Investidores
Telefone: (11) 3584-1053
Fax: (11) 3812-0894
E-mail: carlos.zanvettor@unibanco.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717 – 6º andar
São Paulo – SP CEP: 04530-001
At.: FELIPE COIMBRA ALOI ANDRÉ
Telefone: (11)3048-9763
Fax: (11)3078-6346
E-mail: FELIPE@SLW.COM.BR

[Handwritten signatures]



(iii) para a Instituição Mandatária, Depositária e Escrituradora das Debêntures:

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
Avenida Eusébio Matoso, n.º 891 – 21º andar
05423-901- São Paulo - SP
At.: Eliana Baroni
Telefone: (11) 3097-4111
Fax: (11) 3097-4212
E-mail: eliana.baroni@unibanco.com.br

(iv) para a CETIP:

CETIP - CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO
Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo – SP
CEP 01009-000
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564

4.8.2.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.8.2.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 3 (três) dias úteis após o envio da mensagem.

5. DO RESGATE E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Resgate Antecipado

5.1.1. Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

5.2. Vencimento Antecipado

5.2.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o imediato pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, em qualquer das seguintes hipóteses e de acordo com os procedimentos descritos abaixo:

- (i) intervenção, dissolução, liquidação ou extinção da Emissora;
- (ii) pedido de recuperação extrajudicial, recuperação judicial, pedido de autofalência, ou decretação de falência da Emissora;
- (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 5 (cinco) dias contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (iv) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura, desde que não sanado em 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento de aviso escrito nesse sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (v) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora no valor de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) contra a Emissora que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito nesse sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se tiver sido validamente comprovado pela a Emissora que o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro; cancelado; ou efetuado o pagamento do(s) título(s) protestado(s);
- (vi) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (a) tal alteração societária for aprovada por titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação ou (b) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (vii) transformação da Emissora, nos termos do art. 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Emissora para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras, diretas ou indiretas, ou para pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, diretas ou indiretas; ou

[Handwritten signature]



(ix) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto pelo pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

5.2.2. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos (i), (ii) e (iii) acima, o Agente Fiduciário deverá ser imediatamente informado pela Emissora da ocorrência dos referidos eventos, e as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

5.2.3. Ocorrendo quaisquer das demais hipóteses previstas no item 5.2.1 acima que não sejam aqueles previstos no item 5.2.2, o Agente Fiduciário deverá ser imediatamente informado pela Emissora da ocorrência de tais hipóteses. Não sendo tais eventos sanados dentro dos prazos previstos nesta Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, nos termos e condições da presente Escritura, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for comunicado pela Emissora, assembleias de debenturistas a serem realizadas no prazo mínimo previsto em lei.

5.2.4. Nas referidas assembleias de debenturistas, por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, poderão determinar que o vencimento antecipado das Debêntures não seja declarado pelo Agente Fiduciário.

5.2.5. Caso (i) seja deliberado nas Assembleias de Debenturistas o vencimento antecipado das Debêntures ou (ii) não sejam instaladas, em segunda convocação, as referidas assembleias de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.2.6. Uma vez declaradas vencidas as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada na sede da Emissora, com cópia para CETIP, CBLC e à Instituição Depositária comunicando o fato.

5.2.7. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 5.2.2 acima, com o valor de resgate calculado nos termos do item 5.2.1 acima.

5.2.8. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures, no prazo estipulado no item 5.2.7 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures os encargos moratórios previstos no item 4.7.4 acima, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.



6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo semestre social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;

(b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;

(c) dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, desde que não coincidam com os termos dos exercícios citados nos itens (a) e (b) acima, cópia de suas Informações Trimestrais acompanhada de relatório de revisão especial emitido por auditor independente;

(d) dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis a partir de sua realização, informações sobre qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da Assembléia Geral ou dos órgãos de sua administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político/administrativo, técnico, negocial ou econômico/financeiro que possa influir de modo ponderável na condição financeira e patrimonial da Emissora;

(e) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;





(f) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, e alterações posteriores, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

(g) notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral convocada para deliberar sobre qualquer prática que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembléia a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;





- (h) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.8.1 acima;
- (i) qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (j) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;
- (k) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
- (l) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 acima imediatamente após a sua ocorrência.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos; e
- (xii) submeter, anualmente e até o vencimento das Debêntures, a presente Emissão à revisão e avaliação pela agência classificadora de risco contratada, disponibilizando ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento, e dando ampla divulgação de tal avaliação no mercado.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA, acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM ("Instrução nº 28/83"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições; e
- (iv) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e alterações posteriores.
- (v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- (vi) estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- (vii) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;

[Handwritten signature]



- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (ix) ser instituição devidamente organizada, equiparada a uma instituição financeira e constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.
- (x) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (xi) que verificou a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução nº 28/83, e eventuais normas posteriores.





7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública,





cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

(ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

(x) convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

(xi) comparecer à assembléia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) resgate e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(h) informações sobre a constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;

(i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e

(j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.





(xiii) colocar as versões eletrônica na página da rede mundial de computadores do Agente Fiduciário e impressa na sede deste do relatório de que trata o item 7.4 (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora. Além disso, o Agente Fiduciário deverá encaminhar as versões eletrônica e impressa do referido relatório à Emissora, ao Coordenador Líder e à CETIP, para que estes o disponibilizem nas suas respectivas páginas da rede mundial de computadores e sedes sociais. A Emissora encaminhará a versão eletrônica do relatório à CVM pelo Sistema IPE;

(xiv) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 7.4 (xiii) acima;

(xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

(xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(a) à CVM;

(b) à CBLC;

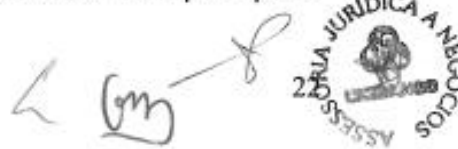
(c) à CETIP; e

(d) ao Banco Central do Brasil.

(xviii) encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) de risco das Debêntures objeto de atualização, na forma do item 6.1 (xii) acima, no prazo de 15 (quinze) dias da sua veiculação.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures, nos termos da Cláusula 5.2., e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "ASSESSOR JURÍDICO A NEGÓCIOS" around the perimeter and a central emblem.

- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de recuperação extrajudicial, recuperação judicial ou falência da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a assembléia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, a seguinte remuneração:

(i) Remuneração anual de R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS), a ser paga em parcelas trimestrais, sendo que a primeira parcela será devida no 5º dia útil após a obtenção do registro de oferta pública junto à CVM e as demais parcelas na mesma data dos anos subseqüentes até o vencimento da emissão; e

(ii) As parcelas de remuneração serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda e nas Alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

7.7.3. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos

L. Gm



previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

7.7.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração, até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela assembléia geral de Debenturistas nos termos da cláusula 8 abaixo.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere o item 7.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5. As despesas a que se refere o item 7.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;





- (ii) extração de certidões;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.8.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (em conjunto "Assembléias de Debenturistas").

8.2. Aplica-se às Assembléias de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto da Lei das Sociedades por Ações sobre assembléia de acionistas.

8.3. As Assembléias de Debenturistas podem ser convocadas (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

8.4. As Assembléias de Debenturistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.


8.5. Serão excluídas do *quorum* de instalação das Assembléias de Debêntures as Debêntures que se encontrarem em tesouraria da Emissora, ou de titularidade de seus administradores.

8.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.

8.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembléias de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.8. A presidência das Assembléias de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

h X
Lom



8.9. Nas deliberações das Assembléias de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto no item 8.9.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em Assembléias dos Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

8.9.1. Não estão incluídos no *quorum* a que se refere o item 8.9 acima:

- (i) os *quori* expressamente previstos em outros itens desta Escritura; e
- (ii) as alterações (a) dos *quori* previstos nesta Escritura; (b) da forma de remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento e prazos previstos nesta Escritura; (d) da espécie das Debêntures, (e) da amortização das Debêntures, e (f) das hipóteses de vencimento antecipado, dependerão de aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.


9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- (v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

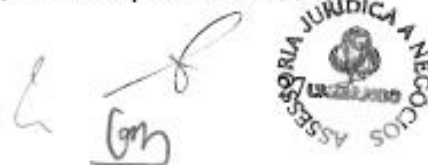
10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:



The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from the 'ASSESSORIA JURÍDICA E NEGÓCIOS' (Legal and Business Department) and features a central emblem.

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) os prospectos preliminar e definitivo e respectivos suplementos relativos à Emissão das Debêntures contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora e seus controladores, controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (viii) as opiniões e análises expressas no prospecto e respectivo suplemento em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto e/ou do suplemento seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- (x) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto e/ou no suplemento são verdadeiros;



The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from the 'ASSESSORIA JURÍDICA E NEGÓCIOS' (Legal and Business Advisory) department, with the date '12/08/2015' and the name 'LUCAS' visible.

(xi) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2006, bem como as informações trimestrais de 30 de setembro de 2007 representam corretamente a posição financeira da Emissora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(xiii) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(xiv) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades.

10.2. A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.





12. FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 14 de janeiro de 2008.



ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Página de assinatura 1 de 2 da Escritura Particular da 6ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

DIBENS LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Gustavo Mota
Nome:
Cargo:

[Assinatura]
Nome:
Cargo:



ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA
ESPÉCIE SUBORDINADA, DA DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Página de assinatura 2 de 2 da Escritura Particular da 6ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Nome:

Cargo: **PEDRO STRETO WELZ**

Nome:

Cargo: **Felipe Coimbra Aloí André**
Depto. Agente Fiduciário

Testemunhas:

1.

Nome: **Sérgio Roberto Martins**
RG.: **22.683.247-3-SSP/SP**

2.

Nome: **Lívia de Oliveira Maravilhas**
RG: **29.853.835-0**



cm

111
Escritura 14.01.08.
PROTOCOLO DE DOCUMENTOS

ME COMERCIAL

DBENS LEASING SA.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUCESP

ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO)

CONSTITUIÇÃO/CONTRATO

TRANSFERÊNCIA DE SEDE

ABERTI, B. E. (A)

ENRIADRONAMENTO ME

1. *Introduction*

1000

BRIKA (DISTRICT) ENGINEER

TRANSFORMAÇÃO

INCORPORAÇÃO

ENGINE

SUMÁRIO

ORDINÁRIO

ALTERAÇÃO DE

NOME

—

CAPITAL

OBJECTIVE

1974

FUSÃO

CISÃO TOTAL

Wavelength (nm)

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
84

04/20/2006

QUALITY

ARQUIVAME

OUTROS

ADOPTERS

MIL. ELIMARDO ETIM. GRAF. Au. Ferr. 1800. J. 1917. C.C. 5086968001000

D A T A D O R